

Trabalho e emprego

Recuperação do emprego formal: trajetória rumo à (re)estruturação do mercado de trabalho na RMPA?*

Bruna Kasprzak Borges **

Mestranda em Economia Aplicada pelo PPGE-UFRGS

1 Introdução

O emprego formal no Brasil experimentou trajetórias diferentes ao longo das duas últimas décadas. Após um período de contínua perda de participação nos anos 90, que ensejava a tese de precarização do trabalho, nos anos 2000 ocorreu uma inversão nessa tendência. Destaque-se que essa mudança de tendência do emprego formal no País é um fato marcante e objeto de vários estudos, dada sua importância para a ampliação de formas de inserção laboral mais protegidas e cobertas pela legislação trabalhista e previdenciária (Krein; Moretto, 2005; Cardoso Jr, 2007; Remy; Queiroz; Silva Filho, 2010). Sobre essa perspectiva, este trabalho procura avançar no entendimento do movimento de aumento do emprego formal em nível regional, particularmente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de 1999 a 2010.

Neste estudo, o emprego formal é entendido como aquele em que o trabalhador possui vínculo empregatício legalizado, sendo representado pelos empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada¹. Utilizando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED/RMPA) para essa categoria, o objetivo desta pesquisa é estudar a evolução do

emprego formal, sua distribuição em nível setorial e de rendimentos do trabalho. Paralelamente, esboçar algumas reflexões a respeito dos fatores que impactaram sobre o aumento dos vínculos de empregos formais no mercado de trabalho da Região.

De acordo com Cardoso Jr. (2007), considerar o emprego formal como um indicativo de formas mais estruturadas de relações de trabalho não significa que os assalariados com carteira e estatutários não estejam sujeitos a atividades precárias ou frágeis, porém a incidência de inserções precárias diminuiu, devido a essa maior estruturação das relações trabalhistas. Dessa forma, os assalariados sem carteira e os autônomos tendem a receber menores remunerações e a trabalhar em jornadas maiores do que nos segmentos organizados do mercado de trabalho. O trabalho formal está, portanto, ligado à diminuição de formas de inserção profissional mais frágeis.

O texto está assim organizado: além desta **Introdução**, a seção 2 estuda a evolução da ocupação formal por setor de atividade; a seção 3 trata da evolução da formalização em termos de rendimentos, e, por último, apresentam-se as **Considerações finais**.

2 Evolução da ocupação: o aumento do emprego formal

O mercado de trabalho no Brasil tem experimentado uma conjuntura mais favorável nos últimos anos — revertendo a tendência de precarização e aumento do desemprego que foi verificada na segunda metade dos anos 90 —, cujo exemplo princi-

* Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini. Artigo recebido em 27 abr. 2011.

** E-mail: bruna@fee.tche.br

A autora agradece as críticas e as sugestões de Miriam de Toni e Raul Luís Assumpção Bastos. Erros e omissões por acaso remanescentes são de inteira responsabilidade da autora.

¹ Optou-se por trabalhar com os assalariados do setor privado com carteira assinada, pois sua contratação está diretamente relacionada à dinâmica da economia e às expectativas dos agentes econômicos.

pal é a retomada da estruturação do mercado de trabalho, com recomposição dos níveis de emprego e renda. No caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir dos dados da PED-RMPA, de fato, verifica-se que o crescimento da ocupação no período 1999-2010 foi da ordem de 37,4% (Retomada..., 2011).

Nesse contexto, a taxa de participação² manteve-se relativamente estável, oscilando em torno de 57,5%, ao passo que a taxa de desemprego caiu 44,0% no período. Após atingir o maior patamar da série histórica em 1999, isto é, 19,0% da PEA, ou 316 mil desempregados, esse indicador mostrou um comportamento indefinido durante a primeira metade dos anos 2000.³ A partir de 2005, os altos e baixos da taxa de desemprego que marcaram o período anterior foram substituídos por queda no contingente de desempregados, resultando no menor patamar da taxa de desemprego da série histórica, 8,7%, em 2010.⁴

Um dos aspectos de maior relevância nesse processo é o aumento do emprego formal na RMPA, que vem ocorrendo a elevadas taxas de crescimento nos anos 2000. No contexto histórico, verificam-se duas tendências distintas desde 1993, sendo o comportamento do emprego formal na RMPA muito diferente entre os dois subperíodos. No primeiro deles, entre 1993 e 1999, o emprego no setor privado com carteira assinada permaneceu relativamente estável, mas com tendência de queda (-0,5%). No que se refere ao desempenho ruim do primeiro subperíodo, pode-se dizer que a abertura comercial, o advento do Plano Real, a conseqüente reestruturação produtiva afetada, também, pela forte apreciação do real, conjuntamente com as baixas taxas de crescimento da economia brasileira, impactaram negativamente sobre a competitividade das empresas da Região (por exemplo, as empresas calçadistas) no mercado internacional. No segundo subperíodo, entre 1999 e 2010, com a instituição do regime de metas de inflação, a mudança do regime cambial (depreciação cambial e conseqüente aumento da competitividade externa) e a consolidação do Plano Real no Brasil, aliados a maiores taxas de crescimento do produto interno, isso permitiu ao mercado de trabalho responder melhor à nova conjuntura econômica, especialmente a partir de 2005. Nesse subperíodo, a expansão do emprego formal atingiu quase 60% na RMPA.

Analisando o período de 1999 a 2010, o contingente de trabalhadores com emprego formal na Região aumentou em 341 mil ocupações, o que representa uma taxa de crescimento média anual de 4,3% (59,7% no período). De acordo com Bastos (2010), um outro sinal da melhoria da estruturação do mercado de trabalho na Região pode ser visto na elevação da razão entre o desemprego aberto e o oculto ao longo dos anos 2000, o que é um indicativo da migração de trabalhadores em ocupações precárias para inserções ocupacionais baseadas em vínculos formais. Ressalta-se que a elevação nessa razão está ocorrendo em um contexto em que tanto o desemprego aberto como o desemprego oculto estão em uma trajetória declinante. Em nível nacional, outro fator destacado por alguns estudos é o aumento da formalização dos vínculos de emprego, em decorrência da expansão da fiscalização efetuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o intuito de diminuir o número de postos de trabalho informais, além de proporcionar um aumento da arrecadação das contribuições sociais e previdenciárias. Em razão dessa nova situação, é possível que uma parte do aumento da formalização do emprego não seja devida à criação de novas vagas, mas sim decorrente da migração de trabalhadores da informalidade para a formalidade (Krein; Moretto, 2005; OIT, 2010)

Considerando-se todo o período, desde 1993, a participação do emprego formal em relação ao total da ocupação atingiu o menor nível na Região, no ano 2000 (41,6%). A partir desse ponto, houve uma reversão na tendência, com a progressiva ampliação do emprego com carteira assinada, que foi responsável por quase metade do total de ocupações em 2010 (Gráfico 1).⁵

Sob esses aspectos, pode-se perceber que a queda do desemprego, aliada com a retomada da criação de empregos formais, trouxe uma nova conformação para o mercado de trabalho na RMPA no período após 1999. A expansão do nível ocupacional, porém, revela algumas peculiaridades quanto às suas categorias. Em relação ao emprego autônomo, apesar do aumento de 7,5% no período, sua participação relativa caiu 4 pontos percentuais (p.p.) na comparação entre 2010 e 1999. Para o emprego doméstico e para os assalariados do setor privado sem

² Razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA).

³ A série histórica da PED/RMPA teve início em 1992.

⁴ Sobre a trajetória do desemprego na RMPA, nos anos 2000, ver Bastos (2010).

⁵ Para o caso brasileiro, constata-se uma dinâmica muito semelhante, pois “[...] o emprego assalariado teve um comportamento muito distinto entre os dois subperíodos: enquanto no primeiro [1995-1999] o emprego com carteira assinada teve um incremento de apenas 3,1%, no segundo [2001-2005] a expansão foi de 20,5%” (Cardoso Jr., 2007, p. 13).

carteira assinada, também ocorreram quedas de 2 p.p. e 1 p.p., respectivamente. Para a Região, houve a manutenção da estabilidade da participação de 12% do setor público no total de ocupados, na comparação entre 1999 e 2010⁶. Em sentido contrário, o emprego com carteira assinada no setor privado foi o único que teve sua participação relativa aumentada (7 p.p.).

O exame das categorias de emprego por posição na ocupação revela que o emprego formal foi responsável por 68% das 504 mil novas ocupações, sendo essa modalidade de emprego uma parte fundamental na explicação do crescimento da ocupação, na RMPA, a partir dos anos 2000 (Tabela 1).⁷

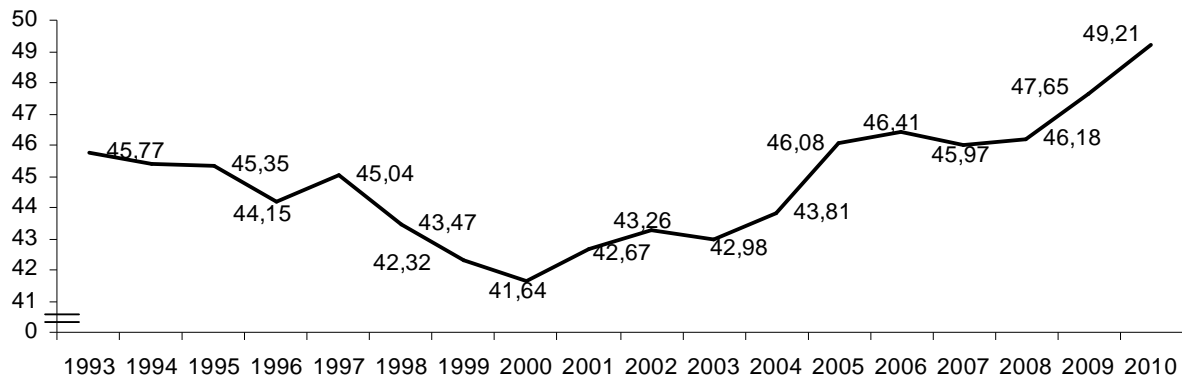
Não obstante esse desempenho favorável do mercado de trabalho, quase um quarto dos trabalhadores ocupados (23,1%) da RMPA não contribuiu para a previdência em 2010, estando excluídos do sistema de previdência social (Tabela 2). Desse percentual, 9,8% são autônomos, e 7,3% são assalariados do setor privado sem carteira assinada. Aqui, também, o comportamento foi distinto entre os dois subperíodos considerados. Nos anos 2000, a categoria dos ocupados sob o regime formal de contribuição previdenciária cresceu 3,7% anualmente, enquanto os ocupados que não contribuíam para a previdência apresentaram uma taxa anual de 0,7%. Essa conjuntura era oposta no período entre 1993 e 1999, quando o contingente de ocupados que contribuíam para a previdência diminuiu a uma taxa anual de 0,1%, enquanto os sem cobertura previdenciária cresceram 5,0% ao ano.

⁶ Para a categoria outros, que engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc., a proporção no confronto 2010 em relação a 1999 manteve-se estável em 10%.

⁷ De acordo com Krein e Moretto (2005, p. 2), quatro fatores podem ser elencados como parte da explicação para o crescimento do emprego formal no Brasil. “Em primeiro lugar, como fator mais significativo está a mudança da política econômica com a desvalorização do real. Em segundo lugar, o processo de reestruturação produtiva apresenta uma intensidade menor de inovação, fazendo com que a elasticidade emprego e produto seja mais alta. Em terceiro e quarto lugares está o papel do Estado com a priorização da fiscalização, apesar de estar deteriorada no longo do período, do registro em carteira. E, também, pela prevalência de uma jurisprudência em que a empresa tomadora de terceiros é responsabilizada subsidiariamente em caso de haver débitos trabalhistas”.

Gráfico 1

Participação percentual do emprego formal no total da ocupação na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Exclui empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

Tabela 1

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na RMPA — 1999-2010

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANOS (1 000 pessoas)		VARIÇÃO ABSOLUTA 2010/1999	VARIÇÃO RELATIVA 2010/1999	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
	1999	2010			
Ocupados	1 349	853	504	37,4	2,9
Assalariados (1)	852	1 293	441	51,8	3,9
Assalariados do setor público (2)	162	226	64	39,5	3,1
Assalariados do setor privado	690	1 067	377	54,6	4,0
Com carteira assinada	571	912	341	59,7	4,3
Sem carteira assinada	119	155	36	30,3	2,4
Autônomos	255	274	19	7,5	0,7
Empregados domésticos	103	103	0	0,0	0,0
Outros (3)	139	183	44	31,7	2,5

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em mil pessoas.

(1) Exclui empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Tabela 2

Taxa de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, segundo condição de contribuição previdenciária, na RMPA — 1999-2010

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL 1999-2010	PERCENTUAL NO TOTAL DE OCUPADOS (1)
Ocupados	2,9	100,0
Contribuem para a previdência	3,7	76,9
Assalariados do setor privado com carteira	4,3	49,2
Assalariados do setor privado sem carteira	3,3	1,1
Assalariados do setor público estatutários	2,3	6,5
Assalariados do setor público não estatutários	3,5	4,4
Empregados domésticos	0,5	3,0
Autônomos	1,6	5,0
Empregadores	4,4	4,0
Profissional universitário autônomo	7,7	1,8
Dono de negócio familiar	2,3	1,7
Outros	(2)-	(2)-
Não contribuem para a previdência	0,7	23,1
Assalariados do setor privado sem carteira	2,4	7,3
Assalariados do setor público não estatutários	5,0	1,3
Empregados domésticos	-0,7	2,5
Autônomos	0,3	9,8
Empregadores	0,0	0,4
Profissional universitário autônomo	3,8	0,5
Dono de negócio familiar	-1,6	0,8
Trabalhador familiar sem remuneração	-8,0	0,3
Outros	(2)-	(2)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Refere-se ao ano de 2010. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

2.1 O emprego formal por setor de atividade

O comportamento do mercado de trabalho em nível setorial revela peculiaridades nas trajetórias dos setores em relação à contratação de empregados com vínculos de emprego formais (Gráfico 2). Constata-se, para os setores, à exceção da indústria, a existência de duas fases no que se refere ao trabalho formal na RMPA: uma fase entre 1999 e 2004, quando o crescimento da ocupação ocorreu a uma taxa mais modesta, e outra entre 2004 e 2010, quando o emprego formal disparou e expandiu-se de forma mais acentuada.

A trajetória da indústria mostra-se como a menos robusta, devido ao crescimento anual bastante inferior aos outros segmentos (2,6%). Destaque-se, contudo,

que a indústria de transformação é um setor importante na configuração econômica da RMPA. Com 251 mil assalariados com registro formal de emprego em 2010, manteve-se como o segundo maior setor em número de empregos formais. Para esse setor houve um acréscimo de 62 mil trabalhadores, desde 1999, na força de trabalho, representando 32,8% de aumento.

Em relação ao emprego formal no comércio da RMPA, houve uma expansão de 72,6% entre os anos de 1999 e 2010. Em números absolutos, houve aumento de 77 mil trabalhadores formais nesse setor. Essa expansão concentrou-se, principalmente, após 2004, pois no período anterior, como o ocorrido nos outros setores, a situação foi menos favorável.

Comparando-se a indústria e o comércio, observa-se uma situação contrastante, pois mesmo esses setores possuindo um número semelhante de trabalhadores, no primeiro caso, quase 80,0% da força

de trabalho possui carteira de trabalho assinada, enquanto, para o segundo, esse percentual cai para 59,0%. Registre-se que, no início da década, o percentual de comerciários com carteira assinada situava-se em torno de 47,0%. Isso indica que o emprego no comércio, na RMPA, está mais intensamente sujeito a formas precárias de inserção ocupacional, sem as garantias e os benefícios estendidos àqueles que possuem registro formal de emprego. Contribui para esse cenário o fato de que, no comércio, há um número maior de trabalhadores autônomos, onde as taxas de formalização e a parcela que recolhe contribuição previdenciária ainda são pequenas.

Dentre os setores, a construção civil é, em termos absolutos, o menor empregador com registro formal de emprego, com um contingente de 42 mil trabalhadores em 2010. Esse valor representa 37,8% do total de ocupados no setor, ou seja, um grande número de trabalhadores está à margem do sistema de proteção social e permanece na informalidade.

O último dos setores analisados, o setor serviços, apresentou um resultado bastante favorável. Em 1999, era o setor com o maior número de assalariados formais. Em 2010, manteve tal posição, mas se distanciou do segundo lugar, que é ocupado pela indústria de transformação. O desempenho dos serviços conduziu à contratação de 182 mil

assalariados formais, refletindo o crescimento de 72,2% no período. Com esse resultado, o setor absorveu o maior contingente de empregados formais dentre os quatro grandes setores de atividade.

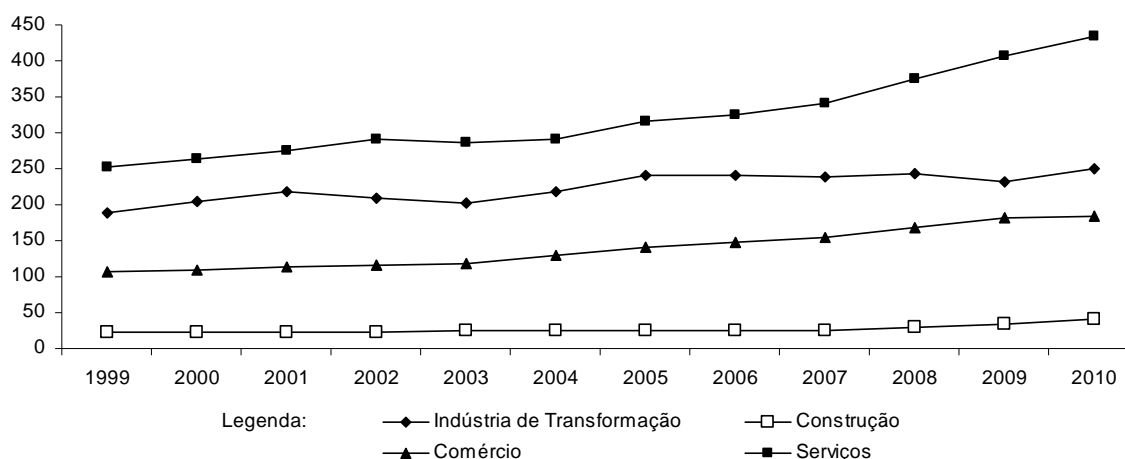
O setor vem apresentando níveis de crescimento da formalização do emprego bastante elevados, especialmente a partir de 2004, quando se percebe um descolamento dessa expansão, tanto em relação à sua própria trajetória como em comparação aos outros setores. Nesse sentido, entre 1999 e 2004, a expansão da contratação de trabalhadores com vínculos formais nos serviços foi de cerca de 16%. De 2004 a 2010, esse crescimento foi três vezes maior (48,6%). Não obstante esse desempenho positivo, no setor serviços a informalidade cresceu de forma importante. Ou seja, enquanto indústria de transformação, comércio e construção civil apresentaram crescimento do emprego sem carteira assinada no período, de 1 mil, 3 mil e 4 mil, respectivamente, no caso dos serviços esse aumento foi de 28 mil assalariados. Desse modo, em 2010, o setor serviços empregava o maior contingente absoluto de assalariados informais (90 mil trabalhadores nessa condição).

Em termos relativos, a distribuição dos ocupados com carteira em relação ao total da ocupação no setor serviços passou de 37,2% em 1999 para 43,1% em 2010. Apesar desse avanço, o nível de formalização ainda permanece baixo nesse setor.

Gráfico 2

Assalariados do setor privado com carteira assinada, segundo setor de atividade econômica, na RMPA — 1999-2010

(1 000 pessoas)



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

3 Rendimento do trabalho: evolução no caso do emprego formal

Uma das questões importantes relacionadas ao movimento de ampliação das ocupações formais na RMPA concerne a sua distribuição em relação às faixas de remuneração. Através da análise da Tabela 3, destaca-se, imediatamente, a concentração dos empregos formais na faixa de um a menos de dois salários mínimos (SM), com uma participação de 65% no total de vínculos formais, representando um crescimento de 454 mil assalariados para essa faixa de remuneração, entre 1999 e 2010. Na faixa subsequente, de dois a menos de três salários mínimos, a participação foi de 18% do total em 2010, ao passo que o incremento absoluto mostra-se muito menor, isto é, três mil pessoas. Para rendimentos superiores a três salários mínimos, houve retração do número de trabalhadores.

Comparando-se os resultados de 2010 com os do ano de 1999, aparentemente encontramos um cenário menos favorável no que concerne à questão dos rendimentos. Isso diz respeito ao fato de que 83%, isto é, 753 mil dos 912 mil assalariados com carteira, ganhavam entre um e menos de três salários mínimos, em 2010. Em 1999, esse mesmo percentual era de 51,9%. Para os rendimentos entre três e menos de sete salários mínimos, a participação dos assalariados formais caiu de 35,1% para 11,8% no período. Tais resultados implicaram uma queda absoluta de 118 mil assalariados para todas as faixas de rendimentos superiores a três salários mínimos. Esse mesmo movimento de concentração do emprego formal nas faixas de rendimentos mais baixas não é exclusividade da RMPA, também podendo ser observado para o mercado de trabalho nacional (Dedecca; Rosandiski, 2006; Remy; Queiroz; Silva Filho, 2010).

Podem-se levantar algumas hipóteses que permitem compreender as dimensões desse processo. De acordo com o DIEESE (2010), considerando-se a série histórica do salário mínimo e trazendo todos os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2010, chega-se a um valor denominado de salário mínimo real médio anual em reais de 01.01.10. A partir desse conceito, o salário mínimo de 1999 trazido a valores de 2010 é equivalente a R\$ 271,66, enquanto o de 2010 é de R\$ 510,00. Isso nos revela que o salário mínimo atual é quase o dobro do existente em 1999. Uma hipótese que pode ser levantada através

dessa constatação é a de que indivíduos que ganhavam mais salários mínimos em 1999 podem estar recebendo uma remuneração semelhante àquele período, mas agora representados por um número menor de salários mínimos (em valores atuais). Adicionalmente, constata-se que a relação entre a quantidade de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo passou de 1,25 em 1999 para 2,23 em janeiro de 2010 (DIEESE, 2010). Portanto, a mudança verificada não é necessariamente regressiva, já que reflete dados em termos nominais, não levando em consideração a situação mais favorável do salário mínimo em termos reais, isto é, em termos de poder de compra⁸.

Outra explicação plausível, de acordo com Souza (2010), é que o porte dos estabelecimentos é capaz de influenciar o nível salarial das novas contratações (Gráfico 3). Nesse caso, a hipótese preliminar é de que empresas de menor porte tenderiam a contribuir para o rebaixamento salarial, em razão de apresentarem uma produtividade menor, o que justificaria o pagamento de um salário mais baixo. As empresas de menor porte são classificadas como: micro (de um a nove empregados), pequenas (de 10 a 49 empregados) e médias (de 50 a 99 empregados).

Os dados mostram que as empresas de menor porte não tiveram sua participação alterada de forma significativa na Região. De fato, não se pode afirmar que há uma predominância de aumento no contingente de ocupados formais nas empresas com até 99 empregados, ou seja, nas empresas de menor porte.

Adicionalmente, como destacado na seção anterior, o crescimento percentual da indústria no período foi menos robusto comparativamente aos outros setores, levando a queda de 33% para 28% de sua participação no emprego formal no período. Para o comércio, a expansão foi de 1 p.p., passando de 19,0% em 1999 para 20,0% em 2010, enquanto, no setor serviços, o percentual passou de 44,0% para 48,0% no período. Em termos salariais, a indústria tende a remunerar melhor seus funcionários, de modo que sua perda de participação pode, ao menos em parte, ter contribuído para o rebaixamento dos padrões salariais na Região.

Isto posto, pode-se avançar à hipótese de que tanto o maior salário mínimo em termos reais, o que condensa um número maior de trabalhadores nas faixas mais baixas de remuneração se comparado a 1999, como também a menor participação da indústria

⁸ Segundo o DIEESE (2010), o total do ganho real do salário mínimo no período de abril de 2003 até janeiro de 2010 foi de 53,67%.

na ocupação formal podem estar contribuindo para a explicação do aumento do estoque de assalariados

nas faixas de menor remuneração.

Tabela 3

Estimativa de assalariados com carteira assinada no setor privado, segundo faixas de remuneração média, na RMPA — 1999 e 2010

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO MÉDIA	SETOR PRIVADO COM CARTEIRA ASSINADA					
	Anos		Variação Absoluta 2010/1999	Variação Relativa 2010/1999	Participação Percentual Sobre o Total de 1999	Participação Percentual Sobre o Total de 2010
	1999	2010				
Total	571	912	341	60	-	-
Menos de 1 SM	(1)-	16	-	-	-	1,8
De 1 a menos de 2 SM	138	592	454	329,0	24,2	64,9
De 2 a menos de 3 SM	158	161	3	1,9	27,7	17,7
De 3 a menos de 4 SM	89	61	-28	-31,5	15,6	6,7
De 4 a menos de 5 SM	49	22	-27	-55,1	8,6	2,4
De 5 a menos de 7 SM	62	25	-37	-59,7	10,9	2,7
De 7 a menos de 10 SM ...	32	20	-12	-37,5	5,6	2,2
De 10 a menos de 15 SM	21	7	-14	-66,7	3,7	0,8
De 10 a menos de 20 SM	8	(1)-	-	-	1,4	0,0
Mais de 20 SM	11	(1)-	-	-	1,9	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

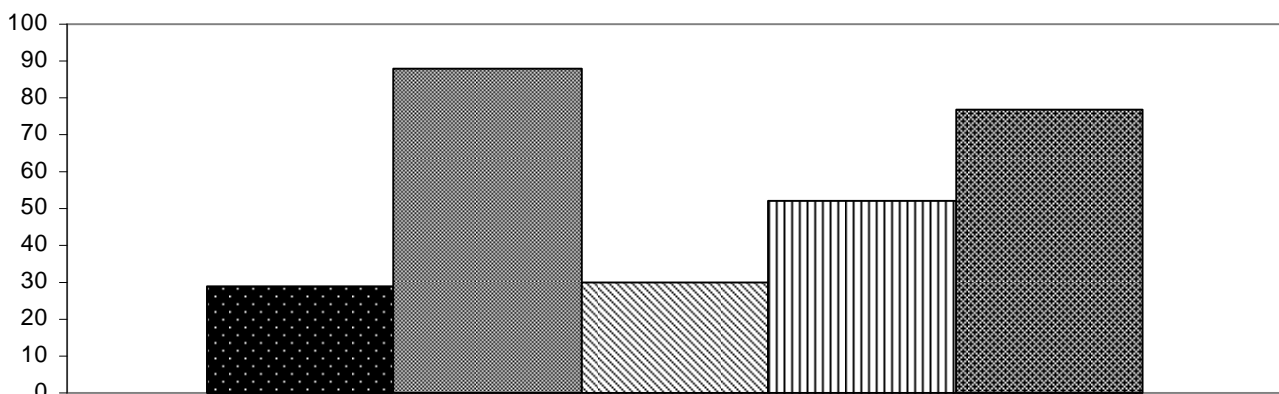
NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Gráfico 3

Variação absoluta do número de empregados, por tamanho de negócio ou empresa, na RMPA — 1999-2010

(1 000 pessoas)



Legenda: ■ 1 a 9 empregados ▨ 10 a 49 empregados ▩ 50 a 99 empregados
 ▪ 100 a 499 empregados ▤ 500 e mais empregados

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

4 Considerações finais

A trajetória de aumento do número de empregos com registro de trabalho formal vem ocorrendo a taxas elevadas no Brasil, a partir de 1999. No caso da RMPA, também se verifica uma situação semelhante, tendo o emprego formal crescido quase 60% entre 1999 e 2010, o que representa uma taxa de 4,3% a.a. Em razão desse comportamento, a participação do emprego formal atingiu 68% das 504 mil novas ocupações no período.

Essa nova conjuntura, porém, revela algumas nuances. Em relação à evolução dos rendimentos dos assalariados, houve uma concentração dos novos postos de trabalho formais, principalmente nas faixas de remuneração de menos do que dois salários mínimos. As hipóteses para esse comportamento residem em dois fatores. O primeiro diz respeito ao fato de que essa mudança pode não ser, necessariamente, regressiva, pois reflete dados em termos nominais. Isso quer dizer que o resultado ruim é, em parte, contrabalançado pelo expressivo aumento real e do ganho de poder de compra do salário mínimo nos últimos anos, especialmente após 2004. Em segundo lugar, houve um ritmo de crescimento muito mais lento do emprego formal na indústria relativamente aos outros setores, de forma que pode ter contribuído para níveis salariais mais baixos.

Dessa forma, dado que o emprego formal representa cerca de metade da ocupação total na RMPA e que a participação dos trabalhadores que não contribuem para a previdência seja um quarto do total de ocupados, ainda se encontra espaço para o crescimento do emprego formal na Região e, portanto, para a diminuição do número de trabalhadores excluídos do sistema de proteção social.

Referências

- BASTOS, R. **Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre**: aspectos da experiência dos anos 2000. Porto Alegre: FEE, 2010. (Texto para discussão, n. 76).
- CARDOSO Jr., J. C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310).
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. **Parcerias Estratégicas**, Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 22, ed. esp. Análise da PNAD 2004, 2006.
- DIEESE. **Política de valorização do salário mínimo**: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1. de janeiro de 2010. (Nota técnica, n.86).
- KREIN, J.; MORETTO, A. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., Recife. **Anais...** Recife: ABET, 2005.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO — OIT. **Panorama laboral 2010**: América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2010. p. 63-69,
- RAMOS, L. Evolução e realocação espacial do emprego formal: 1995-2005. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 89-112, 2007.
- REMY, M.; QUEIROZ, S. N.; SILVA FILHO, L. A. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. In: ENCONTRO ABEP, 17., Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2010.
- RETOMADA do ritmo de crescimento ocupacional leva taxa de desemprego ao menor patamar da série histórica. **Informe PED**, Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE, v. 19, n. esp., jan. 2011.
- SOUZA, L. Evolução do emprego formal na Bahia nos anos 2000: aproximações ao trabalho decente? **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 18, n. 1, p. 403-22, jul./set./2010.

